

RESOLUÇÃO Nº 005/2021 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

Regulamenta no âmbito do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, as contratações pelo **Sistema de Registro de Preços – SRP** e dá outras providências, no âmbito do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista-CIOP.

MURILO NÓBREGA CAMPOS, Presidente do Consórcio Municipal do Oeste Paulista, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 28, inciso VII do Estatuto do CIOP;

Considerando o disposto no artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e no artigo 11 da Lei Federal 11.107 de 06 de abril de 2005;

RESOLVE:

Artigo 1º - As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, obedecerão às regras estabelecidas nesta Resolução.

Artigo 2º - Para os efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I – Sistema de Registro de Preços – conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisições de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão Gerenciador – Diretoria Executiva, com assistência do Setor de Licitações e Contratos do Consórcio, responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pela execução de sanções administrativas na forma estabelecida no Instrumento Convocatório;

IV - Órgão Participante – Diretoria Executiva, com assistência do Setor de Licitações e Contratos do Consórcio ou município (s) consorciado ao CIOP, que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços, gerenciando suas cotas, empenhos, pedidos, entrega, liquidação e pagamento;

V - Órgão não participante - órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou municipal que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

VI - Compra centralizada - aquisição de bens ou contratação de serviços não contínuos em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto estadual, mediante prévia indicação da demanda pelos municípios beneficiados;

VII - Órgão participante de compra centralizada - município(s), Diretoria do Consórcio, ou qualquer outro ente integrante do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP que, em razão de participação em programa ou projeto estadual, é contemplado no registro de preços;

Artigo 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I – quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programa de governo;

IV – quando pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP.

Parágrafo único. Poderá ser realizado registro de preços para contratação de bens e serviços de informática, obedecida a legislação vigente, desde que devidamente justificada e caracterizada a vantagem econômica.

Artigo 4º - A licitação para o registro de preços poderá ser realizada na modalidade concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei 8.666/93, ou na modalidade pregão, nos termos da Resolução própria do Consórcio e na Lei 10.250/02 e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º - Excepcionalmente poderá ser adotado, na modalidade concorrência, o tipo técnica e preço, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho devidamente fundamentado pelo Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização da Ata de Registro de Preços.

Artigo 5º - Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, em especial:

I – convidar, mediante publicação no sítio eletrônico do Consórcio, correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os municípios consorciados para participarem do registro de preço;

II - consolidar as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

IV - realizar pesquisa de mercado para a identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos participantes;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos;

VI - realizar o procedimento licitatório;

VII - gerenciar a ata de registro de preços no tocante as responsabilidades inseridas em edital, sobretudo acerca de aplicação de sanções;

VIII - conduzir eventual revisão dos preços registrados, aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório e as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações;

IX - autorizar, previamente, a adesão à ata por órgãos não participantes;

Parágrafo único. O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI deste artigo.

Artigo 6º - O município consorciado, diretoria(s) ou entes participante do processo licitatório será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega, cronograma de contratação e respectivas especificações nos termos da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e normas próprias do Consórcio, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - assegurar que os atos relativos à sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do certame;

III – acompanhar o processo licitatório com o fim de tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, com o fim de seu correto cumprimento;

IV – promover as requisições de compras de bens ou contratação de serviço, indicando os quantitativos solicitados correspondentes;

V – certificar que a compra ou contratação procedida atende aos interesses do município consorciado, principalmente quanto aos valores praticados, informar ao órgão gerenciador eventual desvantagem de sua utilização;

VI – zelar pelo cumprimento das obrigações contratualmente assumidas.

Artigo 7º - O edital de licitação para registro de preços obedecerá às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, assim como as normas próprias do Consórcio, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que deverá conter um conjunto de elementos necessários e suficientes, para precisar a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as unidades de medida usualmente adotadas;

II – a estimativa de quantidades a serem adquiridas ou contratadas pelo órgão gerenciador e pelos órgãos participantes no prazo de validade da ata de registro de preço;

III – a estimativa de quantidades a serem adquiridas ou contratadas por órgãos não participantes, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de contratação de serviços não contínuos, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço;

VII - órgãos participantes do Sistema de Registro de Preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições estabelecidas no edital;

X - minuta da ata de registro de preços como anexo;

§ 1º - O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º - Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços não contínuos em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região.

§ 3º - A estimativa a que se refere o inciso III deste artigo não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

§ 4º - O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato e demais anexos serão efetuados exclusivamente pela Diretoria Jurídica.

§ 5º - O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 6º - No caso do § 5º, a divisão dos serviços considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão participante do certame. Devendo ser evitada a contratação de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Artigo 8º - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Artigo 9º - Quando o quantitativo total estimado para a contratação ou fornecimento não puder ser atendido pelo licitante vencedor, admitir-se-á a convocação de tantos licitantes quanto forem necessários para se atingir o quantitativo total, respeitando-se a ordem de classificação, desde que os referidos licitantes aceitem praticar o mesmo preço da proposta vencedora.

Artigo 10 – Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando:

I – o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial Eletrônico do Consórcio para dar publicidade de seus atos oficiais e ficarão disponibilizados nos eletrônico durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

II – quando das contratações decorrentes do registro de preço deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

III – os órgão participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

Artigo 11 – Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - serão registrados na Ata de Registro de Preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

II - será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, obedecida a ordem de classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de

preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no artigo 3º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

III - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

Artigo 12 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderá ser diversa da Ata de Registro de preços, observado o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 3º - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 4º - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Artigo 13 – Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

§ 1º - É facultado ao Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, quando o licitante convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

§ 2º - A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas.

Artigo 14 – A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

Artigo 15 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 62 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Artigo 16 – A existência de preços registrados não obriga o Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP ou o município consorciado a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

Artigo 17 – Os preços registrados poderão ser revistos, por iniciativa própria, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, cabendo ao órgão gerenciador promover junto aos fornecedores as negociações necessárias.

Artigo 18 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Artigo 19 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados por variações de mercado extraordinárias e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se demonstrar a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Artigo 20 – O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do “caput” do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste artigo será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Artigo 21 – O cancelamento ou reequilíbrio econômico-financeiro do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

§ 1º - No caso do inciso II deste artigo incumbirá ao fornecedor comprovar o alegado, devendo ser formulado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo assegurada a ampla defesa e facultada ao Consórcio a aplicação das sanções previstas no edital e na legislação vigente.

§ 2º - As solicitações realizadas pelo fornecedor, fundamentadas no *caput* deste artigo, poderão ser reiteradas, sob o mesmo fundamento, após o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data do despacho fundamentado do Órgão Gerenciador, nos casos de indeferimento de pedido.

Artigo 22 – A Diretoria Jurídica do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP deverá, obrigatoriamente, emitir parecer sobre a revisão de preços de itens registrados ou acerca de seu cancelamento.

Artigo 23 – No Sistema de Registro de Preços, é vedada a adesão à ata por órgão ou entidade que não participou da licitação (“carona”), excetuadas as hipóteses admitidas em lei federal.

Artigo 24 – Compete ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP a aplicação das sanções previstas no edital aos licitantes contratados, em decorrência de descumprimentos dos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 e desta Resolução.

§ 1º - Será concedido o duplo grau de jurisdição administrativa, cabendo ao Presidente do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP o endereçamento para julgamento de eventuais recursos indicados no *caput* deste artigo.

Artigo 25 – Compete ao órgão gerenciador o acompanhamento do desempenho dos fornecedores e instauração de processo, visando a aplicação das penalidades de suspensão do direito de licitar e declaração de inidoneidade do licitante ou fornecedor contratado em decorrência do registro de preços, nos termos da legislação.

Parágrafo único. Para a aplicação das penalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá o órgão gerenciador instaurar processo administrativo próprio, que tramitará apenso aos autos, notificando o fornecedor a apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, iniciando-se no dia seguinte a sua notificação, instruindo o expediente com as provas necessárias e relatório conclusivo, para julgamento pelo órgão gestor, conforme estabelecido no artigo 24.

Artigo 26 - O Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP poderá expedir normas complementares relativas à utilização do Sistema de Registro de Preço.

Artigo 27 – Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação na operacionalização das disposições de que trata esta Resolução, bem assim na automatização dos procedimentos inerentes aos controles e atribuições dos órgão gerenciador e participante.

Artigo 28 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Prudente, 11 de fevereiro de 2021.

MURILO NOBREGA CAMPOS
PRESIDENTE – CIOP

Publicada no Diário Oficial Eletrônico e quadro de avisos do CIOP na data supra.
Carlos Augusto Vreche
Diretor Executivo - CIOP